



República de Moçambique

--

Gabinete de Informação  
**Direcção de Informação e Comunicação**

**Transcrição do Briefing de SEXA o Vice-Ministro da Educação e  
Cultura e Porta-Voz do Governo, Dr. Luis Covane  
Maputo, 12 de Junho de 2007**

Boa tarde, meus senhores e minhas senhoras

Começarei por ler a agenda do que se discutiu na sessão de hoje, do Conselho de Ministros.

O Conselho de Ministros realizou, no dia 12 de Junho de 2007, a sua 14ª Sessão Ordinária.

Nesta sessão, o Conselho de Ministros apreciou :

- O balanço das Visitas Presidências às Províncias e à Cidade de Maputo, de 12 de Abril a 15 de Junho de 2007 ;
- O processo de reassentamento das vítimas das cheias, bem como as acções em curso do Gabinete de Apoio e Reconstrução (GAR) em relação às vítimas das explosões do Paiol de Maputo ;
- O Relatório da Comissão de Inquérito sobre o Incêndio no Ministério da Agricultura ;

- O Anteprojecto da Construção do Estádio Nacional ;
- O Cenário Fiscal de Médio Prazo 2008 – 2010, com o objectivo de perspectivar a afectação, neste período, dos recursos internos e fundos externos em função dos objectivos e prioridades do Governo, assegurando a redução do défice orçamental.

O Governo apreciou e aprovou o Decreto que afecta, por desanexação, ao domínio privado da Sociedade Fénix Projectos e Investimentos, Limitada, uma área de 27.495,58 metros quadrados, da Parcela 141, Zona 8 da Planta Cadastral da Cidade de Maputo, no Centro Internacional de Conferências “Joaquim Chissano”, para a construção de um hotel de cinco estrelas.

De seguida, passo a ler o Comunicado do Conselho de Ministros em relação ao incêndio registado no edifício-sede do ministério da Agricultura.

### **Comunicado**

1. Por Resolução nº 24/2007, de 25 de Maio, do Conselho de Ministros, foi criada uma Comissão de Inquérito para apurar as causas e consequências do incêndio que deflagrou o naquele dia no Ministério da Agricultura (MINAG), na Cidade de Maputo.
2. A Comissão era constituída por representantes das seguintes Instituições :
  - a) Ministério das Obras Públicas e Habitação;
  - b) Ministério da Energia;
  - c) Ministério da Agricultura;
  - d) Ministério do Interior e;
  - e) Autoridade Nacional da Função Pública;
3. A Comissão depositou o seu relatório no Conselho de Ministros a 2 de Junho de 2007.
4. No âmbito das suas atribuições, a Comissão trabalhou nas instalações do Ministério da Agricultura com o apoio de especialistas e entrevistou várias pessoas entre quadros, técnicos e funcionários que trabalharam naquele dia e no dia anterior naquelas instalações.
5. A Comissão apurou os seguintes factos :
  - a) Pouco depois das 05:00 horas do dia 25 de Maio de 2007, eclodiu o incêndio de grande dimensão no edifício do Ministério da Agricultura ;

b) Devido à complexidade do incêndio, o Serviço Nacional de Bombeiros contou com o apoio de empresas e privados possuidores de equipamento de combate a incêndios.

i) Às 09:30 horas, o incêndio ficou sob controlo, tendo sido extinto às 11:00 horas. Os trabalhos de rescaldo terminaram às 12:00 horas.

6. Sobre as causas do incêndio :

a) Na análise pericial, dados técnicos indicam que não houve fogo intencional, uma vez que no local não foram vistos vestígios típicos, nem foram encontrados quaisquer indícios de algum objecto incendiário.

b) Indica-se como causa provável um curto-circuito não franco que levaria algum tempo a provocar a actuação das protecções e que, associado a material inflamável circundante e à temperatura criada, teria provocado o incendiário.

c) O desenvolvimento do incêndio foi rápido por causa do tecto falso, janelas de madeira, persianas e o “efeito de chaminé”, que facilitou a passagem do mesmo do 2º andar ao 3º, e deste para o 4º e sua posterior propagação.

7. O impacto da ocorrência do incêndio do edifício para além de atingido toda a estrutura do bloco central, afectou diversos aspectos da actividade do Ministério.

## **8. Conclusões da Comissão de Inquérito :**

a) A Comissão considera que o incêndio foi provocado por um curto-circuito no 2º andar, na capa da Direcção Nacional dos Serviços de Veterinária.

b) O curto-circuito teve origem num dos pontos de tomada de energia que alimentava os equipamentos electrodomésticos lá existentes e que poderiam ser a geleira ou o microondas, cujo resíduos permaneceram no local.

c) O edifício do MINAG apresenta no seu interior os tectos falsos dos andares construídos com materiais extremamente inflamáveis (madeira prensada), os quais contribuíram para a rápida propagação do incêndio.

d) Não se registaram presenças de elementos estranhos no edifício durante a noite de 24 e madrugada do dia 25 de Maio de 2007.

9. A Comissão de Inquérito apresentou as seguintes recomendações em relação ao edifício do MINAG :

a) Criação de uma Comissão de Higiene e Segurança que assegure o cumprimento das normas e procedimentos existentes de prevenção, detecção e combate à incêndios.

b) Necessidade de prosseguir com os trabalhos da avaliação da capacidade resistente

residual da estrutura, afim de permitir determinar os custos de reabilitação, prazos de intervenção, o tipo de material adequado e de difícil inflamação.

10. O Conselho de Ministros analisou o Relatório da Comissão de Inquérito e saúda os profissionais e a entrega dos seus membros e dos especialistas envolvidos.

11. O conselho de Ministros acolhe a avaliação, conclusões e as recomendações do Relatório da Comissão de Inquérito, as quais serão consideradas nas medidas organizativas em curso.

12. O Conselho de Ministros instruiu o Ministério da Agricultura a prosseguir com as acções de normalização da vida do Ministério e, em coordenação com o Ministério das Obras Públicas e Habitação, a dar seguimento aos trabalhos de avaliação do edifício, com vista a sua recuperação.

13. O Governo orienta os Ministérios e instituições públicas a observarem também as recomendações da Comissão de Inquérito no que se refere à adopção de medidas para a prevenção, detecção e combate a incêndios.

Maputo, 12 de Junho de 2007

O Conselho de Ministros

.....

Feita a apresentação do comunicado, meus senhores e minhas senhoras, estou à vossa inteira disposição para prosseguir com os comentários sobre esta sessão do Conselho de Ministros.

Começando com as actividades do Gabinete de Apoio e Reconstrução, o Conselho de Ministros foi informado que, das 1918 casas parcialmente destruídas, as obras de reabilitação já colocaram à disposição dos utentes 229 casas, o que significa que 229 casas já foram totalmente reabilitadas.

As obras referentes a 514 casas estão em curso. Isto totaliza intervenções em 743 casas (falo de casas parcialmente destruídas).

Em relação às casas totalmente destruídas, que são 101 : Cinco 5 já foram erguidas. Neste momento, decorrem obras em 34 casas. Ainda nesta semana, vão arrancar obras em mais 34 casas.

Como é do vosso conhecimento, temos estado, também, a analisar o que está sendo feito para minimizar o sofrimento das populações vítimas das cheias do Zambeze. No conjunto de trabalhos em curso, já foram demarcados, em Mutarra, Chemba e Tambarra, 8.789 talhões. E, deste número, 6.580 talhões já foram atribuídos às pessoas necessitadas.

Da avaliação global deste processo de reassentamento das populações temos a dizer que: em termos de necessidades tínhamos previsto 26.923 talhões e já foram demarcados 29.133, o que significa que ultrapassamos os números previamente estabelecidos. E, deste número, 20.792 talhões já foram ocupados.

E, ao nível do ministério da Defesa, o ritmo de criação de condições da transferência do paiol prossegue numa forma bastante acelerada. Em Maputo, como já havíamos dito, a recolha dos engenhos obsoletos está sendo bem sucedida. O que significa que, neste momento, não temos notícias de existência de engenhos. Mas, há uma prontidão das Forças de Defesa e Segurança para que, logo que se souber da existência de algum engenho explosivo, num ponto qualquer da cidade, estejam lá para a sua recolha. Não vou falar de toneladas de matérias obsoletos que já foram destruídas, mas devo dizer que estamos na recta final.

Teria falado do projecto que foi apresentado pelo ministro da Juventude e Desportos, que é um ante-projecto da construção do Estádio Nacional, na zona do Zimpeto. Este Estádio Nacional será construído a partir do último trimestre deste ano, com uma capacidade de 42.000 espectadores e acreditamos que vai influenciar Moçambique, para um espaço de desenvolvimento desportivo.

### ***Perguntas dos Jornalistas***

*P: Senhor vice-ministro, quanto dinheiro foi gasto, até aqui, pela Comissão de Apoio e Reconstrução?*

**VMEC:** Esses detalhes não foram objecto de avaliação pelo Conselho de Ministros. Sobre os detalhes técnicos, incluindo valores, aconselho a contactarem o Gabinete de Apoio e Reconstrução.

*P: O Governo fez um relatório sobre as visitas efectuadas pelo chefe de Estado à província e cidade de Maputo?*

**VMEC:** Nós fizemos uma avaliação global das visitas do Presidente da República à todas as províncias e à cidade de Maputo. A avaliação que fazemos é positiva. Foi um momento de grande aprendizagem e aproximação com as populações, e também, de verificação do grau de cumprimento do Programa Quinquenal do Governo e das orientações da última visita.

O entusiasmo é grande. Há mudanças no terreno e a avaliação que se faz é que o Programa do Governo está a ser cumprido, e que há um esforço muito grande no processo de planificação de actividades. Os Governos, principalmente ao nível dos distritos, devem aprender a planificar de acordo com as capacidades financeiras e humanas existentes.

Pode-se dar o caso de planos muito ambiciosos, sem tomar em consideração as condições existentes. Havia um sub-cumprimento, ou planificação muito abaixo das capacidades

instaladas. Então, podíamos aparecer como campeões do cumprimento dos planos traçados, enquanto houve uma avaliação pouco rigorosa das condições criadas.

E, também, esta visita presidencial foi um exercício para as autoridades moçambicanas, a vários níveis, cultivarem o âmbito de prestação de contas daquilo que realizam no seu dia-a-dia. Isto é de extrema importância, porque, na gestão da coisa pública, é importante a utilização regrada dos recursos que são disponibilizados. Quando falo de recursos não falo apenas de dinheiro, falo, também, de outros meios, como meios humanos, que são colocados à disposição das instituições públicas.

Foram várias as reuniões com os conselhos consultivos distritais que o presidente da República orientou e ouviu a voz dos líderes comunitários, que, juntamente com os administradores e Governos distritais planificam as acções, neste caso particular, da utilização dos sete milhões. Foi tema predominante em todos os distritos. Demonstrou-se que, criando condições para uma participação ampla e inclusiva, aqueles líderes religiosos, autoridades comunitárias e outras personalidades que integram os conselhos consultivos distritais são capazes de projectar e controlar a execução e apresentar os resultados extremamente animadores. É por isso que esta experiência mostra, claramente, que estamos num bom caminho. Tudo isso foi avaliado e, nas visitas do presidente da República, concentrou-se mesmo nas zonas rurais e, particularmente, nos distritos, porque é onde o chefe de Estado aposta na luta contra a pobreza e a fome no País.

*P: Senhor vice-ministro, qual é o cenário fiscal que se espera para o período 2000-2008?*

**VMEC:** Sobre esta necessidade de planificação, o realismo é importante, mas, ao mesmo tempo, temos que ter bem presente que o processo que estava sendo feito não é igual ao Plano Económico Social, mas já oferece indicadores muito exactos, como e com que recursos nós vamos contar nos anos 2008, 2009 e 2010. É verdade que isto vai servir de referência, mas mostra uma abertura suficiente para o encaixe de recursos que podemos vir a identificar ou a produzir no futuro. É verdade que os grandes sectores de actividade e os grandes compromissos nas áreas de saúde, educação, continuam nossa prioridade, mas, ficámos satisfeitos com as indicações de compromisso com o Estado moçambicano. Ao apresentar este cenário fiscal, isso mostra a grande preocupação que o Executivo tem na matéria, o que significa que nas áreas de saúde e educação continuaremos a caminhar com segurança em direcção aos objectivos definidos.

*Pergunta(P): Isso não terá impacto sobre o Orçamento Geral do Estado?*

Neste momento não sou capaz de dizer que o Orçamento do Estado vai colapsar, mas, uma coisa é certa: nós estamos a desenvolver uma economia que coloque produtos, cada vez mais, no mercado. A grande aposta é não esperar o desenvolvimento deste País apenas com a cobrança de tarifas alfandegárias ou com o serviço de entrada e saída de mercadorias. Mas, o que estamos a fazer é (que) estes cenários fiscais tomem em consideração a nossa capacidade primitiva que está instalada. A nossa capacidade de cobrança de impostos ao nível interno. E já aponta, mais ou menos, que teremos que usar

cerca de 32 por cento daquilo que são os valores que podemos, efectivamente, orientar para os custos do Orçamento do Aparelho de Estado.

*P: Senhor vice-ministro, qual é o apoio que o Governo está a prestar aos filhos das vítimas do Paiol?*

Parece que, um dia destes, terei que ler o que se discute no Conselho de Ministro. Eu estou a sair de uma sessão do Conselho de Ministros que teve uma agenda e tive o cuidado de mostrar, na agenda, o que foi tratado. A incidência foi a área de reconstrução. Há outros aspectos que tivemos a oportunidade de tratar noutras sessões, que já me referi noutros encontros convosco. O porta-voz, quando sai destas sessões, é para transmitir aquilo que foi tratado, nessa específica sessão. Esta é a função de um porta-voz do Conselho de Ministros. Sobre outros assuntos, posso oferecer-me como facilitador, se forem assuntos específicos de um ministério. Podemos conversar e tratarei de organizar um encontro entre determinado jornalista ou órgão de comunicação social com o ministro desse pelouro. Saído do Conselho de Ministros, naturalmente, não posso ter os *dossiers* de todos os ministérios.

*P: Já está se a dar as pensões às pessoas que estão em situação de invalidez?*

O que sei é que estas pessoas não estão desprotegidas. Tivemos situações que estão a ser assistidas pelo Governo, pessoas que perderam os seus membros e seis delas tiveram alta. Há dois dias tivemos um óbito. Significa que a atenção do Governo está reacente. Mas, são detalhes que deviam tratar com instituições relevantes.

*P: E não acha que já é altura de o Governo rever as medidas de segurança dos ministérios, Senhor vice-ministro?*

A recomendação, nesse comunicado que receberam, vem claramente isso. É que as instituições públicas devem tomar medidas para que esta situação não se repita.

*P: E quanto ao estado em que se encontra o Serviço Nacional de Bombeiros?*

Faz parte. O problema é que nunca se tomou uma decisão de que se devia equipar os bombeiros. Não me lembro de nenhuma decisão de que se devia equipar os bombeiros, porque nunca houve condições de eles terem equipamentos apropriados, à altura das suas necessidades.

*P: Senhor Vice-Ministro, qual é o tipo de hotel que será erguido no local junto ao Centro de Conferências Joaquim Chissano?*

Será um hotel de cinco estrelas-luxo, com 150 quartos e uma *suíte* presidencial.

*P: E sobre o investimento?*

O investimento não está detalhado, mas será dentro de pouco tempo. E há todo interesse que o Centro de Conferências “Joaquim Chissano” e esse hotel estejam prontos para se construir uma sinergia que poderá aproveitar muito bem, nas próximas eleições de 2009 e 2010. Significa que andamos a um ritmo bastante acelerado.

*P: Senhor vice-ministro, as obras da reconstrução do edifício do Ministério da Agricultura iniciam ainda este ano?*

Está sendo feita a avaliação, porque a estrutura da parte central do ministério sofreu bastante. Há uma recomendação muito clara: o ministério deve continuar a trabalhar com as obras públicas para a avaliação rigorosa e determinar até que ponto a estrutura que foi afectada pelo fogo sofreu. Se haverá outro tipo de intervenções, e é o que irá determinar o tipo e os cálculos financeiros das operações a serem levadas a cabo. Neste momento, é difícil dizer o que rigorosamente deve ser feito, em termos de intervenções.

*P: Em que ponto está essa avaliação?*

VMEC: Isso devia ter sido ontem, mas é uma coisa imediata. Quanto mais cedo concluírem, melhor.

*P: Senhor vice-ministro, o que está sendo feito para garantir uma maior segurança aos edifícios do Estado?*

VMEC: Isso foi aflorado. É um assunto que está a ser considerado seriamente, para os edifícios do Aparelho de Estado.

Muito obrigado ×